

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO SETOR DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO – ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TROIKA DISTRIBUIÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 32.608.866/0001-76, com sede na Rodovia Jose Carlos Daux, 8600, Santo Antônio de Lisboa, Florianópolis/SC, CEP 88050-001, vem, respeitosamente, por meio do seu representante legal e do seu procurador, com fundamento no artigo 164 da Lei 14.133/21 e do edital do pregão eletrônico, interpor **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO**, pelas razões de fato e direito abaixo aduzidas.

**1. DOS FATOS**

Foi publicado o edital de pregão eletrônico n. 90008/2025, com a sessão de licitação marcada para o dia 14/04/2025.

No pregão será utilizado o procedimento auxiliar do registro de preços, cujo objeto é o *REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual CONTRATAÇÃO de empresa especializada para o fornecimento de Material de Limpeza, para atender às necessidades de toda a Rede Municipal de Saúde, pelo período de 01 (um) ano.*

Todavia, após uma análise detalhada do edital de licitação, identificamos alguns pontos que podem ser aprimorados para garantir maior clareza e eficiência no processo, especificamente quanto aos itens 56, 59,60,61,62,87 e 88.

Neste sentido é que esta impugnação se apresenta, a fim de auxiliar a administração no processo de aquisição em questão. Vejamos

- a) muito embora o descritivo dos itens 56, 61, 62, 87 e 88 façam a orientação para que os produtos estejam em conformidade com as normas da ABNT de saco de lixo, apresentam medidas de largura e altura mínima que não se adequam à norma em comento.
- b) o descritivo do item 59, em seu título, descreve o “**SACO PLÁSTICO PRETO P/ LIXO – 30 LITROS**”, mas na descrição detalhada faz menção à “*capacidade nominal de 60 litros*”, não permitindo que o licitante compreenda, com exatidão, qual a capacidade pretendida pelo órgão demandante.
- c) não há exigência de laudos emitidos por laboratórios credenciados pelo INMETRO, nem tampouco de apresentação de amostras, para realização dos testes dos métodos e ensaios que são a única forma de comprovar a conformidade dos produtos coma ABNT NBR 9191/2008, dificultando que o órgão realmente confirme se o produto atende a norma ou não.

Diante dos fatos narrados, passa-se a analisar a tempestividade da presente impugnação.

## 2. DA TEMPESTIVIDADE

Nos termos do edital, o prazo para protocolo de impugnação é de **até 3** (três) dias úteis da data fixada para o recebimento das propostas, que no presente caso, está marcada para a data 14/04/2025.

Assim, considerando que o prazo judicial e administrativo é contado excluindo a data de início e incluindo a do fim<sup>1</sup>, o prazo findará dia 09/04/2025 (contado o terceiro dia útil anterior, de modo que é **até** três dias úteis), a presente impugnação é

---

<sup>1</sup> Lei 14.133/21

Art. 183. Os prazos previstos nesta Lei serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as seguintes disposições:

tempestiva, de modo que deve ser analisada e julgada nos termos da fundamentação a seguir.

No sentido da inclusão do 3º dia útil para fins de contagem de prazo decidiu o TCE/SC no @PAP 23/80138472, interposto por esta licitante, vejamos trecho da decisão:

Logo, excluída a data de início (20/11), bem como os dias 19/11 e 18/11, que, por serem sábado e domingo, não configuram dias úteis, a contagem se daria a partir do dia 17/11, passando pelo dia 16/11, com seu encerramento no dia 15/11, data em que se daria o limite estabelecido pelo “prazo máximo de até 03 dias úteis anteriores à data fixada para sessão do pregão”. Ocorre que no dia 15/11 o país estava sob o feriado nacional da Proclamação da República, de modo que o último dia útil a ser considerado era o dia 14/11, data em que foi protocolada a impugnação ao Edital pela parte autora (Fl. 14). Nesse sentido, a impugnação, de fato, foi tempestiva, e sua análise era legítima e devida.

Além disso, o TCU já externou por diversas vezes o entendimento de que o terceiro dia anterior ao dia da abertura do certame deve ser considerado para fins de contagem de prazo para o recebimento de impugnações ao edital, tendo em vista o disposto no art. 110, caput, da Lei 8.666/1993 (relatório do Ministro Ubiratan Aguiar - itens 3.5 a 3.11 - no âmbito do Acórdão 2.167/2011-Plenário; relatório do Ministro Raimundo Carreiro - itens 1.1.4.1 e 1.1.4.2 - no âmbito do Acórdão 2.625/2008-TCU-Plenário; item 9.2.1 do Acórdão 539/2007-TCU-Plenário, Rel. Min. Marcos Bemquerer)

Visto isso, analisaremos o direito.

### **3. DO DIREITO**

#### **3.1. DA NECESSIDADE DE CONFORMIDADE DOS SACOS DE LIXO COM A ABNT 9191/2008.**

Como salientado, os itens de saco **56, 59, 61, 62, 87 e 88**, embora mencionem a adequação à norma ABNT, a qual regulamenta e padroniza a produção de

sacos plásticos para acondicionamento de lixo (ABNT NBR 9191); apresentam medidas de comprimento, altura e litragens que não compõe o rol de classificação para comercialização dos sacos classe I e II.

Senão vejamos:



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

PROCESSO Nº: 23.400/2024

RUBRICA: \_\_\_\_\_ FOLHA: \_\_\_\_\_

56	<b>SACO PLÁSTICO BRANCO, PARA LIXO HOSPITALAR DE 60 LITROS</b> , PACOTE COM 100 UNIDADES. DETERMINA O USO SOMENTE PARA RESÍDUOS AMBULATORIAIS, HOSPITALARES E CORRELATOS, CLASSE II, NA COR BRANCA LEITOSA, MATERIAL RESISTENTE. DEVE CONSTAR EM CADA SACO, INDIVIDUALMENTE, A IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE POR SEU CNPJ, CAPACIDADE NOMINAL EM LITROS E QUILOGRAMAS E O SÍMBOLO DE SUBSTÂNCIA INFECTANTE, DEVIDAMENTE CENTRALIZADO, <b>CONFORME NORMAS DA ABNT</b> VIGENTES E COM A INSCRIÇÃO: <b>RESÍDUO INFECTANTE</b> .		Pct	1659
61	<b>SACO PLÁSTICO VERMELHO PARA LIXO INFECTANTE 100 LITROS</b> , COM EMBLEMA DE "RESÍDUO INFECTANTE", PACOTE COM 100 UNIDADES, CLASSE II, EM RESINA TERMOPLÁSTICA VIRGEM OU RECICLADA, LARGURA 75CM, ALTURA MÍNIMA DE 80CM, PODENDO VARIAR EM + - 1,0CM. DEVERÁ CONTER EM CADA SACO INDIVIDUALMENTE A IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE POR SEU CNPJ, SÍMBOLO DE SUBSTÂNCIA INFECTANTE, DEVIDAMENTE CENTRALIZADO, <b>CONFORME AS NORMAS DA ABNT</b> E COM A INSCRIÇÃO DE: RESÍDUO INFECTANTE. A COR VERMELHA É PARA DIFERENCIAR O USO EXCLUSIVO NO LABORATÓRIO, HEMOCENTRO E PATOLOGIA, SETORES COM RESÍDUOS ALTAMENTE INFECTANTES.		Pct	99
62	<b>SACO PLÁSTICO VERMELHO PARA LIXO INFECTANTE 60 LITROS</b> , COM EMBLEMA DE "RESÍDUO INFECTANTE", PACOTE COM 100 UNIDADES, CLASSE II, EM RESINA TERMOPLÁSTICA VIRGEM OU RECICLADA, LARGURA 75CM, ALTURA MÍNIMA DE 80CM, PODENDO VARIAR EM + - 1,0CM. DEVERÁ CONTER EM CADA SACO INDIVIDUALMENTE A IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE POR SEU CNPJ, SÍMBOLO DE SUBSTÂNCIA INFECTANTE, DEVIDAMENTE CENTRALIZADO, <b>CONFORME AS NORMAS DA ABNT</b> E COM A INSCRIÇÃO DE: RESÍDUO INFECTANTE. É PARA DIFERENCIAR O USO EXCLUSIVO NO LABORATÓRIO, HEMOCENTRO E PATOLOGIA, SETORES COM RESÍDUOS ALTAMENTE INFECTANTES.		Pct	99

87	<b>SACO PLÁSTICO BRANCO P/LIXO HOSPITALAR 200 LITROS</b> - PCT 100 UNID. - SACO PLÁSTICO PARA LIXO, PARA ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS AMBULATORIAIS E DE SERVIÇOS DE SAÚDE, CLASSE LI, NA COR BRANCA LEITOSA. EMBALAGEM: PACOTE COM 100 UNIDADES. DEVE CONSTAR EM CADA SACO INDIVIDUALMENTE A IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE POR SEU CNPJ, CAPACIDADE NOMINAL EM LITROS E QUILOGRAMAS E O SÍMBOLO DE SUBSTÂNCIA INFECTANTE, DEVIDAMENTE CENTRALIZADO, CONFORME NORMAS ABNT VIGENTES, COM A INSCRIÇÃO RESÍDUO INFECTANTE.		Pct	436
----	---	--	-----	-----

88	<b>SACO PLÁSTICO BRANCO P/LIXO HOSPITALAR 200 LITROS</b> - PCT 100 UNID. - SACO PLÁSTICO PARA LIXO, PARA ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS AMBULATORIAIS E DE SERVIÇOS DE SAÚDE, CLASSE LI, NA COR BRANCA LEITOSA. EMBALAGEM: PACOTE COM 100 UNIDADES. DEVE CONSTAR EM CADA SACO INDIVIDUALMENTE A IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE POR SEU CNPJ, CAPACIDADE NOMINAL EM LITROS E QUILOGRAMAS E O SÍMBOLO DE SUBSTÂNCIA INFECTANTE, DEVIDAMENTE CENTRALIZADO, CONFORME NORMAS ABNT VIGENTES, COM A INSCRIÇÃO RESÍDUO INFECTANTE.		Pct	1311
----	---	--	-----	------

Aqui é possível observar que o gestor se atentou à norma que padroniza a confecção de sacos plásticos para acondicionamento de lixo (ABNT NBR 9191) em todos estes itens. Isto fica claro através da exigência de conformidade com a norma ABNT.

No entanto, a classificação apresentada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas dispõe a seguinte classificação:

**Tabela 1 - Classificação para comercialização dos sacos classe I**

Tipo	Dimensões planas		Capacidade nominal	
	Largura cm	Altura mínima cm	L	kg
A	39	58	15	3
B	59	62	30	6
C	63	80	50	10
D	92	90	90	18
E	75	105	100	20
F	65	100	70	21
G	92	90	90	27
H	80	100	110	33
I	115	115	240	72
NOTAS				
1 Os sacos dos tipos F, G, H e I são destinados ao acondicionamento de lixo compactado.				
2 Os sacos do tipo I exigem exclusivamente a movimentação mecânica.				

**Tabela 2 - Classificação para comercialização dos sacos classe II**

Tipo	Dimensões planas		Capacidade nominal	
	Largura cm	Altura mínima cm	L	kg
A	39	58	15	4,5
B	59	62	30	9
C	63	80	50	15
D	92	90	90	27
E	75	105	100	30

Isto é, para que o **item 56** se adeque à norma ABNT, conforme exige o edital, necessário que se corrija o descritivo já que inexistente capacidade nominal de 60 litros para o saco plástico para resíduos infectantes, mas sim de 50 litros.

A respeito do **item 60**, a correção deve considerar o fato de que o descritivo solicita saco plástico para acondicionamento de lixo com capacidade nominal de 60 litros, mas as medidas de largura e altura referem-se ao saco com capacidade para 50 litros (largura de 63cm x comprimento de 80cm); conforme pode-se observar na Tabela 1 dos sacos de Classe I. A correção, portanto, deve apresentar saco com capacidade para 50 litros.

Por outro lado, o saco descrito no **item 61** (SACO PLÁSTICO VERMELHO PARA LIXO INFECTANTE 100 LITROS) apresenta medidas que não correspondem ao saco de lixo para acondicionamento de resíduos infectantes de 100L. As medidas deste saco, em consonância a norma, são de 75 cm de altura por 105 cm.

Quanto ao **item 62**, que solicita SACO PLÁSTICO VERMELHO PARA LIXO INFECTANTE 60 LITROS é necessária a correção por dois fatores, quais sejam: o saco com capacidade nominal de 60L não existe no rol classificatório da norma da ABNT; além disso, as medidas apresentadas estão incorretas. Assim, mediante correção os sacos devem ter a capacidade de 50L (que está compreendida no rol da norma), ajustados nas medidas de 63cm de largura por 80cm de altura.

Por fim, quanto aos sacos descritos nos **itens 87 e 88** que se referem a saco plástico branco para lixo hospitalar 200 litros, é necessário observar que o saco com capacidade nominal de 200L não existe no rol classificatório da norma da ABNT, somente o com capacidade de 100 litros, possuindo medidas de 75cm de altura por 105cm de largura, conforme a tabela acima demonstra.

Ainda da análise dos descritivos dos itens, é possível notar uma inconformidade entre o título do item 59 e sua descrição detalhada, conforme demonstramos a seguir.

59	<p><b>SACO PLÁSTICO PRETO P/ LIXO - 30 LITROS -</b>  PCT C/ 100 UNIDADES. ESPECIFICAÇÃO: SACO, PLÁSTICO PARA LIXO, PARA ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS DOMICILIARES (RESÍDUOS GERAL), CLASSE I, EM RESINA TERMOPLÁSTICA VIRGEM OU RECICLADA, LARGURA DE 63 CM, PODENDO VARIAR +/- 1,0 CM, ALTURA MÍNIMA DE 80 CM, <b>CAPACIDADE NOMINAL PARA 60 LITROS</b>, SUPORTANDO 15 QUILOS, EMBALAGEM: PACOTE COM 100 UNIDADES. A EMBALAGEM DEVERÁ INFORMAR A MARCA DO FABRICANTE, DIMENSÕES DO SACO, QUANTIDADE, CAPACIDADE NOMINAL INCLUSIVE O PESO SUPORTADO</p>	Pct	47
----	---	-----	----

Isto é, as informações apresentadas no título e na descrição detalhada do item encontram-se em clara divergência, impossibilitando que o licitante saiba qual a capacidade nominal dos sacos plásticos pretendidos pelo órgão.

Sobre o *aspecto técnico e sobre os produtos em conformidade pela ABNT*, importante destacar que, segundo Fernando Wongtschowski, gerente de Estratégia Comercial e Marketing da CBA, “as normas técnicas são desenvolvidas e revisadas com base em critérios de **confiabilidade, eficiência, padronização, qualidade e segurança**. Todo o trabalho também se baseia em critérios ligados à responsabilidade ambiental e à sustentabilidade.”<sup>2</sup>

Ato conseguinte, levando em consideração a durabilidade, confiabilidade, eficiência, padronização, qualidade e segurança, além do respeito ao meio ambiente, **se exigido a norma técnica o ente evitará** sacos de lixo que rasgam, de má qualidade, que não condicionam corretamente o produto, trazendo risco por conta do produto em decomposição que está sendo descartado, além de sujeira e retrabalho (desperdício!) para sua utilização.

Sob o aspecto jurídico, há ainda mais argumentos.

<sup>2</sup> <https://revistaaluminio.com.br/como-as-normas-tecnicas-sao-criadas-e-qual-a-importancia-delas-para-o-mercado/>

Inicialmente, a Lei Federal n.º 4.150/1962 “institui o regime obrigatório de preparo e observância das normas técnicas nos contratos de obras e compras do serviço público de execução direta, através da Associação Brasileira de Normas Técnicas e dá outras providências”, que continua vigente, versando, no seu art. 1º, da seguinte forma:

Art. 1º Nos serviços públicos concedidos pelo Governo Federal, assim como nos de natureza estadual e municipal por ele subvencionados ou executados em regime de convênio, nas obras e serviços executados, dirigidos ou fiscalizados por quaisquer repartições federais ou órgãos paraestatais, em todas as compras de materiais por eles feitas, bem como nos respectivos editais de concorrência, contratos ajustes e pedidos de preços será obrigatória a exigência e aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança usualmente chamados "normas técnicas" e elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, nesta lei mencionada pela sua sigla "ABNT".

Da mesma forma, o artigo 1º da Lei 9.933/99 que dispõe sobre as competências do Conmetro e do Inmetro e que por sua vez ***obriga a comercialização, no país, de produtos em conformidade com os regulamentos técnicos em vigor, vejamos:***

Art. 1º Todos os bens comercializados no Brasil, insumos, produtos finais e serviços, sujeitos a regulamentação técnica, devem estar em conformidade com os regulamentos técnicos pertinentes em vigor.

Art. 2º O Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Conmetro, órgão colegiado da estrutura do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, criado pela Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, é competente para expedir atos normativos e regulamentos técnicos, nos campos da Metrologia e da Avaliação da Conformidade de produtos, de processos e de serviços.

§ 1º Os regulamentos técnicos deverão dispor sobre características técnicas de insumos, produtos finais e serviços que não constituam objeto da competência de outros órgãos e de outras entidades da Administração Pública Federal, no que se refere a aspectos relacionados com segurança, prevenção de práticas enganosas de comércio, proteção da vida e saúde humana, animal e vegetal, e com o meio ambiente.

§ 2º Os regulamentos técnicos deverão considerar, quando couber, o



conteúdo das normas técnicas adotadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas.

*O Tribunal de Contas da União possui o entendimento de que é possível a exigência laudo de conformidade para que o produto esteja de acordo com as normas técnicas conforme ABNT, exigindo apenas justificativa técnica para tanto e que o produto seja exigido em sede de julgamento da proposta e não no momento da habilitação, vejamos:*

É legítima a exigência de certificação, comprovando que o objeto licitado está em conformidade com norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), de forma a garantir a qualidade e o desempenho dos produtos a serem adquiridos pela Administração, desde que tal exigência esteja devidamente justificada no processo licitatório. Acórdão 898/2021-Plenário  
ÁREA: Licitação | TEMA: Proposta | SUBTEMA: Certificação Outros indexadores: Justificativa, ABNT Publicado: Boletim de Jurisprudência nº 353 de 10/05/2021

A justificativa técnica, por sua vez, já foi tratada no início deste tópico, tanto sob o aspecto técnico tão somente quanto do aspecto técnico-jurídico.

Ademais, a partir de 2021, tivemos um novo marco na Administração Pública, com a publicação de uma Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que revogou as Leis 8.666/93 e 10.520/02.

Nessa toada, o art. 11 da Lei 14.133/21 traz como **objetivo** do processo licitatório o próprio desenvolvimento nacional sustentável, atraindo para a licitação não apenas a compra de um produto ou na contratação de um serviço, mas também o próprio respeito ao meio ambiente e a sustentabilidade, vejamos:

#### DO PROCESSO LICITATÓRIO

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para

a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;

IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

Ato conseguinte, o art. 34, §1º da NLLCA deixa claro que mesmo adotando o critério de menor preço, ou seja, aquele onde o órgão paga o menor valor ofertado pelos licitantes, o produto deve respeitar os parâmetros mínimos de qualidade (afinal, quem compra mal compra duas vezes!), sendo um destes parâmetros o próprio impacto ambiental, trazendo a noção de que o meio ambiente precisa ser pensado independente de um certo aumento no valor do produto ou do serviço, na medida em que os custos indiretos (como a proteção do meio ambiente) deverão ser considerados para definição do menor dispêndio. Vejamos:

Art. 34. O julgamento por menor preço ou maior desconto e, quando couber, por técnica e preço considerará o menor dispêndio para a Administração, **atendidos os parâmetros mínimos de qualidade** definidos no edital de licitação.

§ 1º Os custos indiretos, relacionados com as despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e **impacto ambiental** do objeto licitado, entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida, **poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio**, sempre que objetivamente mensuráveis, conforme disposto em regulamento.

Assim, como visto, segundo a Nova Lei, para os órgãos públicos não cabe somente comprar o menor preço, posto que a própria lei determina que o produto ou o serviço **atenda os parâmetros mínimos de qualidade, evitando produtos de má qualidade, que acabam por gerar ainda mais custo, ou que pela má-qualidade prejudique a Administração diante da sua utilização**, o que deve ser observado já na fase de planejamento, com o ETP (análise de mercado e escolha da solução), Termo de Referência (descrição da solução) e na cotação de preços (precificação da solução).

Diante de todo o exposto, requer-se a alteração do edital, nos itens de saco plástico para acondicionamento de lixo 56,59,61,62,87 e 88 para adequação à ABNT NBR 9191/2008, norma técnica que regulamenta esse produto, para confecção dos sacos de lixo.

### 3.2. DA NECESSIDADE DE EXIGÊNCIA DE LAUDO DE CONFORMIDADE NOS TERMOS DA ABNT NBR 9191/2008.

O Edital comete um vício quando deixa de exigir, nos itens 56, 59, 61, 62, 87 e 88 a apresentação de laudos emitidos por laboratórios credenciados pelo INMETRO para realização dos métodos e ensaios conforme a ABNT NBR 9191/2008, e com a informação de massa média, dificultando que o órgão realmente confirme se o produto atende a norma ou não.

Como visto, a exigência de ABNT nas contratações públicas é essencial, conforme justificativa técnica supracitada. ***Todavia, como de fato confirmar se o produto atende às normas da ABNT ou não?***

Nos termos do artigo 9º da Lei nº 14.133/2021, é dever da Administração Pública garantir a qualidade, a segurança e a eficiência dos produtos adquiridos por meio de licitação. A exigência de laudos técnicos conforme a norma técnica é fundamental para assegurar que os sacos de lixo fornecidos atendam aos padrões estabelecidos pela norma técnica.

Ademais, o edital não deixa claro a exigência de amostras, portanto, os laudos poderão servir para validar o cumprimento da norma ABNT 9191/08.

Além disso, a Lei 14.133/21, no seu art. 17, §6º, inciso III autoriza a exigência do referido laudo, quando prevê que “§ 6º A Administração poderá exigir certificação por organização independente acreditada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) como condição para aceitação de: III - **material** e corpo técnico apresentados por empresa para fins de habilitação.”

Ainda conforme o Art. 42. Da Lei 14.133/21, uma das formas de comprovação de qualidade do produto apresentado é a comprovação por meio de apresentação de Laudos laboratoriais que afira a qualidade e conformidade dos produtos conforme a Norma Vigente.

Art. 42. A prova de qualidade de produto apresentado pelos proponentes como similar ao das marcas eventualmente indicadas no edital será admitida por qualquer um dos seguintes meios:

I - comprovação de que o produto está de acordo com as normas técnicas determinadas pelos órgãos oficiais competentes, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou por outra entidade credenciada pelo Inmetro;

II - declaração de atendimento satisfatório emitida por outro órgão ou entidade de nível federativo equivalente ou superior que tenha adquirido o produto;

III - certificação, certificado, laudo laboratorial ou documento similar que possibilite a aferição da qualidade e da conformidade do produto ou do processo de fabricação, inclusive sob o aspecto ambiental, emitido por instituição oficial competente ou por entidade credenciada.

§ 1º O edital poderá exigir, como condição de aceitabilidade da proposta, certificação de qualidade do produto por instituição credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro).

***Seguindo, além do TCU autorizar a exigência de laudo de conformidade (afastando por completo qualquer argumento de direcionamento), há exigência natural de justificativa, de modo que a ampla justificativa técnica apresentada no tópico anterior sobre a importância da exigência da ABNT é suficiente para suprir tal necessidade.***

Ato conseguinte, o Tribunal de Contas da União autoriza a exigência de que o laudo de conformidade seja emitido por laboratório credenciado pelo INMETRO, ***desde que autorizado outro laboratório equivalente***, ou seja, que possua acordo de reconhecimento mútuo com o INMETRO, cuja apresentação deve ser exigida somente no momento da celebração do contrato ou fornecimento, vejamos:

Nas licitações para compra de produto de certificação voluntária, é irregular a exigência de que a certificação seja fornecida exclusivamente por instituição acreditada pelo *Inmetro*, devendo ser aceitas certificações equivalentes, como

as emitidas por entidades com as quais o *Inmetro* mantém acordo de reconhecimento mútuo, cuja apresentação só pode ser exigida no momento da celebração do contrato ou do fornecimento, evitando-se, assim, onerar desnecessariamente os licitantes.

Acórdão 337/2021-Plenário


Ato conseguinte, o Tribunal de Contas da União, asseverando com a tese ora apresentada, **ressalta que nas situações em que a Administração não possui condições para aferir, mediante amostra, se o produto de fato atende as normas da ABNT, este deve exigir laudos de certificação no momento do julgamento da proposta**, vejamos:

Nas situações em que a Administração não possui condições técnicas para aferir, mediante amostra, a qualidade do produto ofertado, é admitida, como condição para classificação ou como requisito contratual, mas não para habilitação, a utilização de certificações para comprovar a aderência do produto às normas técnicas de qualidade. Acórdão 2583/2014-PlenárioÁREA: Licitação | TEMA: Proposta | SUBTEMA: CertificaçãoOutros indexadores: QualidadePublicado:Informativo de Licitações e Contratos nº 217Boletim de Jurisprudência nº 57 de 13/10/2014

Por fim, o próprio **Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina**, no PE 048/2024 e em atendimento aos padrões de qualidade estabelecidos no art. 43, §1º da Lei 14.133/21, bem como ao acórdão 2583/2014 do TCU, exige que a conformidade do saco de lixo com a ABNT 9191/2008 seja comprovada mediante apresentação de laudo de certificação, com data de emissão não superior a 120 dias, vejamos a descrição:

5	27	<b>SACO DE LIXO 30L.</b> Saco de lixo 30L preto, resistente (mínimo 6 micras, suportando no mínimo 06 kg de resíduos), adequado para resíduos comuns conforme NBR 9191/2008. Dimensões de aproximadamente 59x62 cm (com variação de até 10 cm), embalagem com 100 unidades, contendo informações sobre a marca, fabricante, número de unidades, dimensões, capacidade e tipo de resíduo na embalagem externa. Apresentar laudo do produto conforme NBR, data de emissão não superior a 120 dias.	Fardo	250	R\$ 20,68	R\$ 5.170,00
	28	<b>SACO DE LIXO 100L.</b> Saco de lixo 100L preto, resistente (mínimo 10 micras, suportando no mínimo 20 kg de resíduos), adequado para resíduos comuns, conforme NBR 9191/2008, medida de aproximadamente 75x105 cm (com variação de até 10 cm), embalagem com 100 unidades, contendo	Fardo	200	R\$ 62,50	R\$ 12.500,00

30

<div><div><div><div>DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS (DAF)</div><div>COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES (CLIC)</div><div>PROCESSO SEI 24.0.000001662-0</div></div></div></div>						
		informações sobre a marca, fabricante, número de unidades, dimensões, capacidade e tipo de resíduo na embalagem externa. Apresentar laudo do produto conforme NBR, data de emissão não superior a 120 dias.				

Assim, afasta-se qualquer argumento de eventual direcionamento na exigência de laudo de certificação emitido por laboratório credenciado pelo INMETRO ou equivalente, nos termos da jurisprudência em vigor.

Diante do exposto, requer a alteração do edital, nos itens em questão para exigirem laudos emitidos por laboratórios credenciados pelo INMETRO para realização dos métodos e ensaios conforme a ABNT NBR 9191/2008, com data não superior a 120 dias.

### 3.3. DA NECESSIDADE DA REALIZAÇÃO DE NOVA PESQUISA MERCADOLÓGICA.

Inicialmente, destacamos que o art. 23 da NLLCA prevê expressamente que o valor estimado da contratação deve representar o *valor praticado pelo mercado*, vejamos:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto. (grifo nosso)

O art. 34, por sua vez, prevê expressamente que o critério de julgamento de menor preço, utilizado neste certame, deve respeitar os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital, ou seja, há necessidade de revisão de valores haja vista que o valor estimado atual não está de acordo com essa especificação. Vejamos a letra da Lei:

Art. 34. O julgamento por menor preço ou maior desconto e, quando couber, por técnica e preço considerará o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação.

§ 1º Os custos indiretos, relacionados com as despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental do objeto licitado, entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis, conforme disposto em regulamento.

Como visto, o art. 34 da Lei 14.133/21 prevê expressamente a necessidade de previsão dos custos indiretos no menor preço definido pelo edital, não somente o valor do produto em si, sem considerar todos os aspectos da sua contratação.

No caso em comento, tratamos de itens em que, por sua natureza, possuem variações de preços de acordo com suas especificidades de tamanho, gramatura ou capacidade nominal.

Isto é, uma vez que demonstrada a necessária correção dos descritivos com vistas à adequação às normas brasileiras vigentes surge, conseqüentemente, a necessidade da realização de nova pesquisa mercadológica a fim de adequar os preços estimados adotados pelo órgão aos praticados pelo mercado para os itens corrigidos.

Ainda, tais custos, somados ao ciclo de vida do produto, devem ser considerados ao definir o valor estimado, de forma que o menor preço ou o maior desconto reflita adequadamente o dispêndio total que a Administração terá ao longo da contratação.

Nesse sentido, a jurisprudência em vigor determina que seja realizada uma ampla pesquisa de preços para que o ente possa ***obter, ao final, os valores efetivamente praticados pelo mercado***, e não somente o valor mais barato em si, sob pena de não respeitar o preço praticado pelo produto, vejamos:

A Administração deve realizar ampla pesquisa de preços, a fim de estimar o custo do objeto a ser contratado e permitir a verificação da conformidade das propostas oferecidas pelos licitantes com os valores praticados no mercado.

TCU - Acórdão 17/2010-Plenário

A pesquisa de preços no mercado é instrumento indispensável para a avaliação da razoabilidade dos valores a serem apresentados pelos licitantes por ocasião dos lances, devendo ser realizada para que se estime o custo do objeto a ser adquirido, bem como anexada ao respectivo processo licitatório. TCU - Acórdão 2479/2009-Plenário

Ademais, a pesquisa de preços deve ser realizada com uma *análise crítica*, sempre buscando o real valor de mercado daquele produto e respeitando a competitividade do certame, vejamos:

*A pesquisa de preços que antecede a elaboração do orçamento de licitação demanda avaliação crítica dos valores obtidos, a fim de que sejam descartados aqueles que apresentem grande variação em relação aos demais e, por isso, comprometam a estimativa do preço de referência. TCU - Acórdão 403/2013-Primeira Câmara*

Portanto, a discrepância de valores suscita questionamentos quanto à sua fundamentação e pode comprometer os princípios de economicidade e eficiência.

Ademais, nos termos da doutrina especializada<sup>3</sup>, eventual erro na pesquisa de preços pode configurar erro grosseiro, o que resulta na responsabilização do agente administrativo pelo ato praticado, o que coaduna com a jurisprudência do TCU, vejamos:

*Para fins do exercício do poder sancionatório do TCU, considera-se erro grosseiro (art. 28 do Decreto-lei 4.657/1942 - Lindb) aquele que pode ser percebido por pessoa com diligência abaixo do normal ou que pode ser evitado por pessoa com nível de atenção aquém do ordinário, decorrente de grave inobservância de dever de cuidado. Acórdão 591/2025-Plenário | Relator: AROLDO CEDRAZ*

Logo, é imperioso que o valor estimado seja revisto e atualizado, sob pena de comprometer a lisura e a competitividade do certame, além de afrontar os princípios da isonomia e da eficiência, violando o art. 23 da Lei 14.133/21 que dispõe sobre a pesquisa de preços e a jurisprudência ora colacionada.

---

<sup>3</sup> “Para tanto, é indispensável a realização de uma pesquisa de preços bem elaborada, na qual se possa confiar como parâmetro para a seleção de propostas vantajosas e que poderá ser decisiva para o sucesso ou o fracasso da contratação futura. Logo, exige-se do gestor público responsável pela confecção da pesquisa de preços um nível de diligência compatível com a importância desse instrumento para o processo licitatório, que se for negligenciado, poderá ser fonte de grande prejuízo para o poder público.” Pereira, Sandro Rafael Matheus, auditor e diretor de Secretaria do Tribunal de Contas da União (TCU), mestrando em Direito, professor, advogado e economista, em artigo publicado na CONJUR: <https://www.conjur.com.br/2024-ago-02/uma-escala-para-o-erro-grosseiro-na-jurisprudencia-do-tcu/>



#### 4. DOS REQUERIMENTOS

Ante o exposto:

- a) requer-se a alteração do edital para correção das medidas de altura, comprimento e litragem nos itens de saco de lixo 56, 59, 61, 62, 87 e 88 conforme apresentado nesta impugnação para adequação à exigência da ABNT NBR 9191/2008, norma técnica que regulamenta esse produto, para confecção dos sacos de lixo;
- b) requer-se a alteração do edital para correção da descrição do item 59, a fim de demonstrar se a pretensão é aquisição de sacos com capacidade nominal de 30 litros ou 60 litros.
- c) requer-se a alteração do edital para que apresente a exigência da apresentação de laudos emitidos por laboratórios acreditados pelo INMETRO nos itens 56, 59, 61, 62, 87 e 88 e, alternativamente, a apresentação de amostras, a fim de se obter uma análise fidedigna das características exigidas em edital.
- d) requer a realização de nova pesquisa mercadológica para os itens 56, 59, 61, 62, 87 e 88 ante a correção de suas medidas e litragens, em conformidade à norma técnica ABNT.

Nestes termos, pede deferimento.

Florianópolis/SC, 9 de abril de 2025.

**MATEUS GONCALVES**  
**ARAUJO:02234410231**  
**TROIKA DISTRIBUIÇÃO LTDA**  
**REPRESENTANTE LEGAL**

Digitally signed by MATEUS  
GONCALVES  
ARAUJO:02234410231  
Date: 2025.04.09 17:08:27 -03'00'